



BANCADA EVANGÉLICA DA CÂMARA DO RECIFE: O APOGEU EM 2016, A PERDA DE VOTOS EM 2020, E O VOTO EVANGÉLICO INSTITUCIONALIZADO

EVANGELICAL PARLIAMENTARIANS OF THE CITY OF RECIFE: THE APOGEU IN 2016, THE LOSS OF VOTES IN 2020, AND THE INSTITUTIONALIZED EVANGELICAL VOTE

*Maria Aparecida Oliveira dos Santos Correa**

*Liniker Henrique Xavier***

RESUMO

Em 2016, juntos, os vereadores eleitos da cidade do Recife que viriam a integrar a bancada evangélica somaram mais de 80 mil votos. Quatro anos depois, nas eleições de 2020, esse número caiu cerca de 20%. Neste artigo, apresentamos os dois cenários: primeiro, o de 2016, com o apogeu dos candidatos evangélicos e, depois, a perda dos votos. Com os dados que apresentamos, vamos discutir o comportamento do voto evangélico na cidade a partir de conceitos trabalhados por Peter Berger, como o da modernidade. Investigamos possíveis desdobramentos de uma suposta crise institucional evangélica e como ela se reflete no comportamento dos fiéis, inclusive na hora do voto que chamamos de “voto evangélico institucionalizado”. Demonstraremos, também, de que forma este grupo de eleitores consegue transitar entre distintas realidades a partir do conceito da alternância biográfica, ainda que estas realidades sejam contraditórias.

Palavras-chave: Bancada evangélica; Pentecostalismo; Eleições; Política.

ABSTRACT

*Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

**Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.



In 2016, together, the elected councilors from the city of Recife who would become part of the evangelical bench totaled more than 80 thousand votes. Four years later, in the 2020 elections, that number dropped by about 20%. In this article, we present the two scenarios: first, that of 2016, with the heyday of evangelical candidates and, then, the loss of votes. With the data that we present, we will discuss the behavior of the evangelical vote in the city based on concepts worked by Peter Berger, such as that of modernity. We investigate here possible developments of a supposed evangelical institutional crisis and how it is reflected in the behavior of the faithful, including at the time of the vote that we call "institutionalized evangelical vote". We also demonstrate how this group of voters is able to move between different realities based on the concept of biographical alternation, even though these realities are contradictory.

Keywords: Evangelical bench; Pentecostalism; Elections; Policy.

1 INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 80, a identidade política foi ganhando cada vez mais visibilidade no campo religioso brasileiro, com a participação de diversos atores, particularmente os evangélicos e, especialmente, os pentecostais. Eles passaram a fazer parte das grandes lideranças políticas no âmbito municipal, estadual e federal, o que não acontecia há alguns anos. “Da indiferença ou animosidade” (BURITY, 1997), a identidade política religiosa passou a integrar os avanços emancipatórios no decorrer dos anos. A novidade dessa dinâmica está nos pentecostais, que passaram a ocupar espaços antes exclusivos da Igreja Católica, desde sempre aliada ao poder político.

O que isto quer dizer? Que o pentecostalismo chegou ao Brasil no início do século XX e, de lá para cá, com a expansão das igrejas pentecostais, o país aprendeu a falar em “línguas estranhas” (glossolalia)¹, a curar, a expulsar “demônios” em nome de Jesus, a fazer uso da linguagem religiosa para transmitir suas convicções, transformando o *modus vivendi* de mais de 42 milhões de brasileiros, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, que integram as diferentes vertentes desse ramo. Pensar o campo religioso brasileiro na perspectiva da história nos tempos de hoje, implica, de imediato, a constatação de algumas lacunas. Trata-se de uma área extremamente porosa, uma das mais ricas experiências em que os

1 No Pentecostalismo existe uma forte crença na atualidade dos dons espirituais, o mesmo que aconteceu no cristianismo primitivo, registrado no livro de Atos dos Apóstolos (Atos 2:7-11). Ou seja, o dom de línguas era a capacidade de milagrosamente falar em novos idiomas, capacitando os apóstolos de Cristo a falar em línguas e serem compreendidos à medida que eles oravam. A glossolalia, ocorre nos louvores, cânticos, leituras de textos bíblicos, invocação do Espírito Santo, é um ato de fé para aqueles que acreditam nos dons espirituais.

cientistas da religião podem adentrar. Estamos diante de novas identidades políticas, ou estamos costurando as velhas identidades em busca de algo novo? E como podemos pensar que estamos diante do novo, se os grupos políticos pentecostais atuais cometem os mesmos erros do passado?

O pentecostalismo surgiu com características distintas do catolicismo e do protestantismo histórico. Grupos pouco letrados, periféricos, negros, abandonados à própria sorte, encontraram no pentecostalismo uma nova maneira de ser cristão, de exercer a sua espiritualidade. Quando tudo parecia perdido para estes grupos que viviam à margem, inclusive de políticas públicas, surgiram novas práticas que neles nasceram, se fortaleceram e caminham até hoje.

A religião sempre esteve aliada ao poder. Os grupos pentecostais e neopentecostais fazem ajustes aos seus estilos de vida conforme suas tradições e crenças subjetivas, em nome de Deus, articulando outra vez velhas práticas, alinhando-as às novas identidades fomentadoras de um mercado religioso, como o consumo e o prazer, dentro de uma cultura de massa, aumentando as possibilidades de articulação social, política e econômica. Isso em benefício de uns e em detrimento de muitos. Os atores políticos se acostumaram com as negociações religiosas, tanto da Igreja Católica, quanto dos grupos pentecostais e neopentecostais, com o intuito de aumentar eventuais alianças partidárias visando a enfrentar os seus adversários. Em contrapartida, os grupos religiosos ganham visibilidade social, política e econômica, valendo-se da religião para suscitar novos embates ideológicos.

Saulo Baptista, em obra intitulada *Pentecostais e Neopentecostais na Política Brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil* (2009), faz a seguinte indagação acerca das práticas do clientelismo nos grupos políticos evangélicos/pentecostais:

Os atores pentecostais reforçam essa conciliação pelo 'alto' ou fazem valer a condição subalterna da maioria dos seus seguidores, organizando-os para alcançarem conquistas no quadro da cidadania? (BAPTISTA, 2009, p. 69).

Outra estudiosa que trata da participação dos evangélicos na política, é a socióloga Maria das Dores Campos Machado, na obra *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições* (2006), que ajuda a compreender o fortalecimento da

influência dos evangélicos na esfera pública, indo na contramão das propostas de separação do Estado e da Igreja que nortearam o debate sobre a democracia nos últimos séculos. A autora mergulha no universo evangélico e demonstra, de forma segura, como as perspectivas das denominações pentecostais confirmam o campo de interseção entre política e religião. Machado assevera que, até a década de 1970, os evangélicos tinham uma participação discreta no cenário político, ganhando visibilidade após a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1988, “quando a maioria de seus representantes se posicionou de forma alinhada nas discussões parlamentares, atuando como uma bancada religiosa, mais precisamente evangélica (MACHADO, 2006, p. 17).

Já o sociólogo Paul Freston (1993), em obra resultante de sua pesquisa de doutorado, intitulada *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*, afirmou que a participação dos evangélicos no período republicano, antes da redemocratização ocorrida na década de 1980, era esporádica. Reduzida a poucos representantes e com carreiras políticas não diretamente ligadas às denominações protestantes, os pentecostais chegaram a ter um parlamentar no Congresso. Para Freston, a ANC inaugurou uma nova era para os evangélicos na política, cuja atuação foi cada vez mais marcada pelas igrejas pentecostais.

Sobre estas questões, os articulistas realizaram uma discussão historiográfica sobre o fortalecimento político-partidário a partir do discurso no jornal *Mensageiro da Paz*², entre os anos de 1980 a 1989 que, brevemente, será lançado como livro. A ideia geral deste livro é apontar como, no decorrer da década de 80 o jornal *Mensageiro da Paz* passou por mudanças significativas em suas publicações. As mensagens religiosas foram sendo substituídas pouco a pouco, dando lugar ao discurso político-partidário.

Baptista, assegura que o sucesso dos evangélicos/pentecostais na política se “apoiava em uma disciplina frouxa que suporta trocas de siglas partidárias numa mesma legislatura, o que obriga o executivo a negociar cada voto, em cada matéria, individualmente, para obter maiorias *ad hoc*” (BAPTISTA, 2009, p. 123). Por outro

² O Mensageiro da Paz é um órgão oficial da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. O jornal impresso circula desde 1930.

lado, segundo o autor, as lideranças políticas vão se valer dos financiamentos e benefícios de agentes econômicos para custearem suas eleições.

Apesar da intensificação deste processo a partir de 1980, pelo menos desde 1962 grupos evangélicos/pentecostais experimentam essa realidade. À época, a Igreja Pentecostal o Brasil para Cristo (BPC) teve o seu fundador e líder, Manoel de Mello, apoiando Adhemar de Barros como candidato a prefeito de São Paulo. Em troca, a igreja foi beneficiada com um terreno onde construiu um templo (BAPTISTA, 2009). A iniciativa de Manoel de Mello viria a ser seguida, duas décadas depois, por igrejas pentecostais como a Assembleia de Deus, e neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus.

Se antes os grupos pentecostais se sentiam marginalizados, sem nenhum reconhecimento por parte dos grupos religiosos devidamente estabilizados no Brasil, atualmente a realidade é outra. Os pentecostais alavancaram e continuam alavancando milhares de votos em todas as esferas políticas, elegendo, inclusive, presidentes da República.

Correa assevera que:

Os grupos pentecostais e neopentecostais, considerados marginais no passado, com o tempo, ascenderam *status* de especialistas dominantes, independentes e economicamente poderosos. Em outras palavras, chegaram ao topo do poder formando profissionais atuantes em todas as esferas sociais, criando seus próprios códigos religiosos dedicados a todas as classes sociais, da periferia ao planalto central (CORREA, 2020, p. 172).

Um exemplo vivo desta constatação ocorre nos estados do Nordeste brasileiro. Pernambuco é o estado nordestino que possui mais pessoas que se autodeclaram evangélicas, tanto em números absolutos quanto proporcionalmente³. É o que aponta o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010, que contém os últimos dados oficiais coletados sobre o recorte⁴. Em 10 anos, o percentual de

³ JORNAL DO COMMERCCIO. Pernambuco é o Estado com a maior concentração de evangélicos do Nordeste. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2012/06/30/pernambuco-e-o-estado-com-a-maior-concentracao-de-evangelicos-do-nordeste-47456.php>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁴ Naturalmente, passados dez anos do último levantamento oficial do IBGE, os números já sofreram alterações e, de acordo com as projeções, o número de evangélicos é ainda maior em 2020. O doutor José Eustáquio Alves, que foi pesquisador em demografia do IBGE, projeta que a partir de 2022 os

evangélicos no estado passou de 13,5% para 20,3%, o que significa que um em cada cinco pernambucanos se autodeclararam integrantes de alguma igreja evangélica⁵.

Os evangélicos nunca foram maioria na Câmara do Recife, em que pese o fato do fortalecimento da bancada ao longo das últimas legislaturas. A relação com o Executivo é uma via de mão dupla porque os evangélicos conseguiram colocar-se em uma confortável posição: são eles o fiel da balança. Ainda que não tenham força para impor suas pautas por meio do voto dentro da Câmara do Recife, a bancada tem parlamentares em número suficiente para negociar a aprovação destas pautas. Já para o governo, contar com o voto dos parlamentares evangélicos no âmbito legislativo é a garantia de uma governabilidade tranquila.

O movimento é muito parecido com o que a Câmara dos Deputados experimentou à época em que o Brasil estava para aprovar a Constituição Federal de 1988. Os evangélicos, agora em número maior no Congresso, não tinham força para aprovar as pautas que desejavam. No entanto, eram o fiel da balança. Saia vencedor o lado que conseguisse arregimentar o voto dos parlamentares evangélicos. A posição estratégica rendeu ao grupo poder de negociação com o Governo Federal.

No Recife, nas eleições de 2016, os evangélicos conseguiram somar mais de 80 mil votos no pleito para vereador da cidade. Desse modo, a bancada se consolidou e ganhou poder de negociação. Mais do que aprovar suas próprias agendas, eles possuem musculatura para não aprovar agendas progressistas e travar pautas. Durante a legislatura 2017-2020, o bloco conseguiu barrar, por exemplo, a criação de uma Frente Parlamentar LGBT na Câmara do Recife. Durante a pandemia causada pela Covid-19, a bancada também obteve sucesso na negociação da reabertura dos templos religiosos.

No pleito de 2020, os evangélicos protagonizaram as eleições municipais da cidade. Especialmente porque a disputa para o executivo foi decidida na conta do voto

católicos serão menos de 50% da população brasileira e, dez anos depois, serão menos de 40% da população. Uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em janeiro de 2020, apontou que 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos, e 10% não têm religião.

⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. Evangélicos podem desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-catolicos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2021.

religioso. No primeiro turno das eleições, o candidato do Democratas (DEM), Mendonça Filho, ex-ministro da educação do governo Michel Temer, foi abraçado pelo voto evangélico que via na sua eleição a oportunidade de tirar a cidade das mãos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). O apoio não conseguiu levar Mendonça para o segundo turno, mas conseguiu garantir a sua melhor colocação no pleito para o executivo municipal. Ele teve 25,1% dos votos válidos da disputa. Marília Arraes (PT), segunda colocada, somou 27,95%. Em 2012, quando disputou o mesmo cargo, Mendonça somou apenas 2% dos votos. Antes, em 2008, ele obteve 24% quando vinha de uma rápida passagem como governador do Estado, mas perdeu para o candidato do PT, João da Costa, eleito ainda no primeiro turno⁶.

No segundo turno da eleição municipal de 2020, o voto evangélico foi alvo de uma intensa disputa. O debate de propostas e projetos foi substituído por uma campanha onde discutia-se quem ia a igreja, qual o papel da Bíblia na Câmara do Recife e quem defendia os chamados valores cristãos. No final, venceu João Campos, filho do ex-governador Eduardo Campos⁷, candidato do PSB e mais próximo das grandes denominações evangélicas do estado.

Ao mesmo tempo, a votação para as 39 vagas na Câmara Municipal deixou clara uma mudança no perfil do voto. Pela primeira vez desde 2008 um evangélico não ocupou a primeira posição na eleição. Além disso, a soma dos votos dos parlamentares evangélicos caiu cerca de 20% quando comparado a eleição anterior. Neste artigo, vamos apresentar a dinâmica do voto dos eleitores na bancada evangélica da cidade nos anos de 2016 a 2020 e, em seguida, analisar a luz dos estudos que envolvem a política no ambiente evangélico, especialmente o pentecostal, de que modo essas realidades podem ser observadas.

⁶ Todos os dados numéricos com resultados de votações citados neste artigo têm como base os números consolidados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE).

⁷ Eduardo Henrique Accioly Campos foi um político filiado ao PSB que governou o estado de Pernambuco de 1º de janeiro de 2007 a 4 de abril de 2014, por dois mandatos consecutivos. Antes, Eduardo Campos também foi deputado estadual por um mandato, deputado federal por três mandatos consecutivos e Ministro da Ciência e Tecnologia do governo Lula de janeiro de 2004 a julho de 2005. Neto de Miguel Arraes, também ex-governador de Pernambuco, morreu em 13 de agosto de 2014, no mesmo dia da morte do avô, que faleceu em 2005. Campos foi vítima de uma tragédia. Candidato à presidência da república, o avião em que viajava caiu no município de Santos, em São Paulo.

2 O APOGEU: MAIS DE 80 MIL VOTOS LEGITIMAM A BANCADA EVANGÉLICA NA CÂMARA DO RECIFE

O vertiginoso crescimento das igrejas evangélicas aparece refletido em uma série de fatores sociais. Na cidade do Recife, nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016, por três vezes consecutivas, o candidato a vereador mais votado no pleito municipal era membro de alguma igreja evangélica. Cidade de contrastes, em contrapartida, desde o dia 1º de janeiro de 2001 o Recife tem no comando da prefeitura chefes do executivo do PT ou do PSB, partidos que, por estarem no campo da esquerda, sofrem mais resistência na hora do diálogo com os fiéis evangélicos.

Em 2016, os candidatos evangélicos que foram eleitos para o cargo de vereador na cidade do Recife, juntos, somaram 83.091 mil votos. Para este cálculo, levamos em consideração o nome de oito parlamentares, que serão apresentados ao longo do texto⁸. A vereadora mais votada da cidade naquele ano foi a Missionária Michele Collins, que estava indo para o seu segundo mandato. Em 2012, ela somou 10.589 votos, número que subiu para 15.357 em 2016.

Eleita pelo Partido Progressista (PP), a missionária é casada com o pastor assembleiano Cleiton Collins, deputado estadual de Pernambuco eleito pela primeira vez em 2002. O pastor ainda venceu as eleições para o mesmo cargo em 2006, 2010, 2014 e 2018. Na segunda, terceira e quarta eleição, Cleiton Collins foi o deputado estadual mais votado do estado. Em 2018 ficou em segundo lugar. O casal faz parte da Assembleia de Deus do Ministério Madureira em Recife. A denominação não é a vertente mais tradicional da Assembleia de Deus no estado, mas o casal Collins

⁸ É possível que, além dos oito vereadores que vamos citar neste texto, existam outros evangélicos na Casa. Os números são flutuantes porque, ao longo do mandato, vereadores com menos expressão entre o público evangélico desistem de integrar a bancada ou deixam de participar dos eventos do grupo, além de não entrarem para a disputa tendo como público os fiéis de alguma igreja específica. Levamos em consideração, desta forma, um evento promovido pela bancada evangélica da Câmara do Recife em dezembro de 2017, que afixou no prédio público uma placa em homenagem à Bíblia, ocasião em que a bancada se apresentou como um grupo. Consideramos os vereadores que integraram o evento como membros efetivos da bancada evangélica municipal da capital pernambucana.

tornou-se popularíssimo especialmente a partir dos programas de rádio evangélica, que os alçaram a uma espécie de estrelato gospel.

A vertente assembleiana mais tradicional do estado é a Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco, conhecida pela sigla “IEADPE”, que é presidida desde 1998 pelo pastor Ailton José Alves. A denominação, que comemorou cem anos em 2018, esforçou-se ao longo de seu centenário para manter-se à parte da política partidária. Conforme aponta Alencar, esta é, inclusive, uma das marcas do pentecostalismo clássico: “a cultura da negação e o isolamento social, devendo-se apenas orar pelas autoridades políticas constituídas, porque o mundo existe para ser abandonado com a iminente volta de Cristo” (2018, p. 154-155).

Em 2010, com a popularidade do então governador Eduardo Campos em alta, o PSB conseguiu que a IEADPE tivesse candidatos pleiteando cargos na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal sob o guarda-chuva do PSB. Foi um acontecimento inédito na denominação. Primeiro porque a igreja tinha agora candidatos a deputado federal e estadual que faziam campanhas usando a patente eclesiástica (um era pastor e, o outro, presbítero). Segundo, porque o PSB é um partido do campo da esquerda que, de forma geral, é demonizada pela Assembleia de Deus inclusive em Pernambuco.

Eduardo Campos foi reeleito governador com mais de 80% dos votos em 2010. Os deputados da IEADPE também foram eleitos e abriram o caminho para que em 2012 a denominação lançasse uma candidata a vereadora. Foi uma mulher, Aimée Carvalho, integrante da membresia da IEADPE, que pleiteou o cargo. A parlamentar nunca havia exercido função alguma na área política. Durante mais de 30 anos foi dirigente de Círculos de Oração na cidade do Recife⁹. Foi eleita pela primeira vez em 2012 já com 9.916 votos. Em 2016 a parlamentar cresceu e, para o segundo mandato,

⁹ Os Círculos de Oração são “reuniões de oração, durante o dia ou à noite, sob a direção de mulheres nas Assembleias de Deus” (ARAÚJO, 2007, p. 189). No ministério da IEADPE, os Círculos de Oração, destaque-se, são a única atividade comandada exclusivamente por mulheres, que, inclusive, não podem ocupar o altar para dirigir o culto. Um púlpito é montado abaixo do altar para que elas possam exercer a atividade. Há outras funções que as mulheres podem ocupar na denominação, mas são espaços divididos com homens, como por exemplo, professoras de escola dominical ou secretárias. Na IEADPE, as mulheres não exercem o ministério sacerdotal.

conseguiu 14.338 votos, sendo a segunda vereadora mais votada da cidade, atrás apenas de Michele Collins que, como já citado, é também evangélica.

É interessante observar que Aimée Carvalho fazia parte de um ministério da Assembleia de Deus com muito mais força política que Michele, dado o número de membros que a igreja possui. Ainda assim, nas duas eleições, ficou atrás de sua concorrente. Isso aconteceu, especialmente, porque não havia tradição, na IEADPE, de escolher e votar em uma candidata que levasse o emblema da igreja como cartão de visitas. Na política desde 2002, o casal Collins criou um capital político significativo.

Terceiro candidato mais bem votado na disputa de 2016, Fred Ferreira, do Partido Social Cristão (PSC) era estreante na disputa. Em seu primeiro pleito, conseguiu 14.277 votos. O parlamentar integra a igreja Verbo da Vida¹⁰, mas a quantidade expressiva de votos tem razão de ser. Fred Ferreira é Frederico Menezes de Moura Sobrinho. Incorporou o “Ferreira” ao nome após casar-se com a filha do pastor Manoel Ferreira¹¹, pernambucano que atuou como deputado estadual por sete mandatos consecutivos no estado. Após um tempo sem mandato, Manoel Ferreira foi novamente eleito em 2018, pela oitava vez, e voltou para a Assembleia Legislativa.

A família Ferreira é uma das mais tradicionais da política pernambucana. André e Anderson Ferreira, filhos do deputado, terminaram também ingressando na política. Anderson foi eleito deputado federal em 2010 e em 2014. Em seu segundo mandato, votou a favor do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, PT. Surfando na onda do anti-petismo, deixou o mandato na Câmara Federal e foi eleito prefeito, em 2016, da cidade do Jaboatão dos Guararapes, município da Região Metropolitana do Recife. Seu irmão, André Ferreira, foi chefe de gabinete do pai, Manoel Ferreira. Em 2008 e 2012, André foi eleito o vereador mais votado do Recife, com 15.117 votos no primeiro pleito e 15.774 no segundo. Antes, já tinha vencido a eleição para vereador também em 2004. Em 2014, foi eleito deputado estadual. Com o irmão disputando a

¹⁰ O ministério Verbo da Vida está ligado ao “Kenneth Hagin Ministres”, em Tulsa-OK, Estados Unidos. Foi fundado pelo casal Bud e Jan Wright e é atualmente presidido pelo Apóstolo Guto Emery. O escritório do ministério está sediado em Campina Grande, na Paraíba. A denominação afirma ter mais de 400 templos espalhados pelo Brasil. Disponível em: <https://verbodavida.org.br/ministerio>. Acesso em: 15 jan. 2021.

¹¹ Não confundir com o bispo Manoel Ferreira, da Assembleias de Deus Ministério de Madureira.

prefeitura de Jaboatão em 2016, André disputou a vaga com o nome da família para a Câmara Federal em 2018 e foi vitorioso.

Em 2016, com um Ferreira na Assembleia Legislativa de Pernambuco e o outro indo para a prefeitura de Jaboatão, a vaga na Câmara do Recife ficou aberta. A família apostou então em Frederico Sobrinho, que virou Fred Ferreira. O patriarca Manoel Ferreira, que estava sem mandato eletivo, voltou a disputar as eleições em 2018 para o cargo de deputado estadual, mantendo a família na Assembleia Legislativa.

Voltando às Eleições 2016 no Recife, o próximo vereador evangélico da lista aparece na nona posição entre os eleitos. Eduardo Marques (PSB) obteve 10.177 votos. Filho de um delegado de polícia e de uma professora, Marques foi eleito vereador da cidade pela primeira vez nas eleições municipais de 1992, quando integrava os quadros do Partido da Frente Liberal (PFL). De lá até então, foi reeleito vereador em todos os pleitos, tendo, algumas vezes, integrado a mesa diretora da Câmara do Recife. Após as eleições de 2016, foi presidente da casa legislativa duas vezes, no biênio de 2017-2018 e no de 2019-2020. O vereador é declaradamente evangélico e membro da bancada. Apesar disso, Marques não faz parte de nenhuma grande denominação e procura estar mais envolvido com as pequenas igrejas dos bairros. Nunca se declarou publicamente membro de uma determinada igreja. Em suas redes sociais, postou fotos participando de um culto na Igreja União de Gileade. O parlamentar, no entanto, fez carreira na política municipal e suas eleições não estão diretamente associadas ao voto evangélico.

O pleito de 2016 também elegeu a vereadora Ana Lúcia, do então Partido Republicano Brasileiro (PRB). Pleiteando o cargo pela primeira vez, a professora somou 9.538 votos e terminou a eleição na 12ª posição. A vereadora, conhecida como "professora Ana Lúcia", presidiu por duas vezes o Conselho Municipal de Educação do Recife. Mas sua expressiva votação não veio dos militantes da educação. Ana Lúcia é membro da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), do bispo Edir Macedo, e foi a representante da igreja no pleito.

Não foi a primeira vez que a IURD conseguiu eleger um parlamentar no Recife. Antes da professora Ana Lúcia, a igreja tinha como representante o pastor Alfredo Santana, membro da denominação desde os seus 20 anos e pastor da igreja desde 1986.

Santana foi vereador por duas legislaturas, de 2013 a 2016 e de 2009 a 2012. Deixou a vaga na Câmara do Recife para a professora Ana Lúcia.

A bancada evangélica ainda contaria com a presença do vereador Carlos Gueiros. Ele foi o 21º colocado do pleito de 2016, com 8.291 votos. Gueiros, eleito para o sétimo mandato consecutivo na casa, integrava os quadros do PSB. Sua primeira eleição para o cargo foi em 1992, mesmo ano de Eduardo Marques. Outra característica que Gueiros e Marques compartilham é o fato de não se apoiarem necessariamente no eleitorado evangélico para captar votos durante os pleitos. Gueiros também fez uma carreira no legislativo municipal.

O parlamentar era conhecido por ser empresário do setor de transporte. Além disso, chegou a ocupar a secretaria de habitação municipal. Membro da Igreja Episcopal, Gueiros não terminou o mandato. Em novembro de 2019, o vereador sofreu uma série de complicações cardíacas e morreu. Decano da casa, conhecido por seu rigor regimental, apesar de focar sua atuação em questões mais técnicas voltadas especialmente para as comissões que integrava, Gueiros fazia parte e votava com a bancada evangélica em temas caros ao grupo. A biografia disponibilizada pela equipe do parlamentar e publicada no site da Câmara do Recife afirma que o vereador “é defensor intransigente dos valores cristãos, da igualdade dos direitos civis e do respeito aos princípios morais e éticos”¹².

Com a morte de Gueiros, a bancada evangélica não chegou a ficar desfalcada por muito tempo. Em seu lugar, assumiu o vereador Luiz Eustáquio, também do PSB, suplente de Gueiros. Eustáquio já tinha sido vereador por três vezes. Membro da IEADPE, mesma denominação de Aimée Carvalho, o parlamentar nunca teve o apoio institucional da igreja para ser eleito, mas sempre contou com o voto evangélico para chegar à Câmara. Quando a IEADPE decidiu ter sua própria representação, Eustáquio foi preterido e Aimée Carvalho foi escolhida. Uma das possíveis razões para ter sido deixado de lado foi o fato de o parlamentar ter integrado, por muitos anos, os quadros do PT. Em 2012, com a chegada de Aimée Carvalho, Luiz Eustáquio ainda conseguiu eleger-se. Em 2016, a vereadora conseguiu captar o voto dos fiéis indo para o seu

¹² CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. Carlos Gueiros. Disponível em: https://sapl.recife.pe.leg.br/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=65. Acesso em: 10 jan. 2021.

segundo mandato e Eustáquio, com 7.889, ficou de fora. Voltou no final de 2019 assumindo a cadeira deixada por Carlos Gueiros e rivalizando diretamente com Aimée: ambos disputam o mesmo capital eleitoral.

O pleito de 2016 contou ainda com a eleição de Almir Fernando. Com 6.852 votos, Almir Fernando foi o 26º vereador mais votado entre os eleitos e é o caso mais emblemático dentro da bancada evangélica da Câmara do Recife. O parlamentar, que é membro da Igreja Missionária Rompendo em Fé, faz parte dos quadros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) desde 2005. Antes, integrou o Partido Humanista da Solidariedade (PHS). Almir Fernando é integrante da bancada evangélica, mas não vota com os seus pares quando o tema é a pauta de costumes. Em sua biografia disponibilizada no site da Câmara do Recife, o vereador se descreve como “comprometido com a democratização dos direitos sociais, o fortalecimento do movimento popular, igualdade de gêneros e pelo desenvolvimento do Recife”¹³.

O parlamentar também não faz uso do capital evangélico para suas eleições. Almir Fernando está na casa legislativa desde 2005 e já dirigiu a Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio, comunidades do Recife, além de ter sido atleta do Santa Cruz Futebol Clube, time de futebol pernambucano. Em 1987, ingressou na categoria profissional do clube e chegou a ganhar títulos do campeonato estadual.

O último integrante da bancada é o evangélico Renato Antunes, do Partido Social Cristão (PSC). O parlamentar recebeu 4.261 votos e foi o 38º mais votado do pleito, na penúltima colocação. Antunes fez uso do capital evangélico. É membro da Igreja Apostólica Batista Viva (IABV), que tem sede no bairro do Ipsep, periferia do Recife. Foi no Ipsep que Antunes concentrou sua atuação, com propostas e projetos quase que exclusivamente para o bairro. Até a eleição de 2016, o parlamentar adotava o discurso religioso de defesa dos valores cristãos, bem como da atuação cidadã no bairro onde atuava. Além disso, Antunes desenvolvia trabalhos sociais e atuou na área da gestão pública. Vamos observar, mais à frente, que a atuação de Renato mudou substancialmente após a eleição de Bolsonaro para a presidência, quando o

¹³ CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. Almir Fernando. Disponível em: <http://www.recife.pe.leg.br/vereadores/legislatura-2021-2024/almir-fernando>. Acesso em: 10 jan. 2021.

parlamentar passou a liderar a oposição à gestão do executivo municipal e trouxe à baila seu histórico militar, deixado de lado durante a primeira metade de seu mandato.

Um não integrante da bancada evangélica que merece destaque é o vereador Aerto Luna, do Partido Republicano Progressista (PRP). Aerto terminou a eleição de 2016 com 5.216 votos, em 31º lugar. Católico, participa ativamente do Encontro de Casais com Cristo e do Encontro de Jovens com Cristo da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Boa Viagem, entre outras. É filho do ex-vereador Gilberto Luna, mas foi eleito por seu trabalho junto às comunidades religiosas onde atua e vota em consonância com a bancada evangélica, especialmente na pauta de costumes.

3 PERDA DE VOTOS: OS DESAFIOS DAS ELEIÇÕES 2020¹⁴

A bancada evangélica do Recife começou a dar sinais de cansaço nas eleições municipais de 2020. Pela primeira vez, desde 2008, a candidatura mais votada em um pleito para vereador na cidade não foi a de um evangélico. Após duas primeiras posições ocupadas por André Ferreira (2008 e 2012) e uma pela Missionária Michele Collins (2016), Dani Portela, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), alcançou a primeira posição, em 2020, com 14.114 votos. Militante de esquerda, negra, feminista e com uma série de outras pautas voltadas para os direitos humanos, Portela tinha sido candidata ao governo do Estado nas eleições de 2018. Apesar de ter perdido a eleição naquele ano, conseguiu quase 190 mil votos no estado, o que correspondeu a cerca de 5% dos votos válidos. Com a projeção, lançou-se candidata a vereadora em 2020 e foi a mais votada do pleito.

Michele Collins, outrora líder de votos, foi a evangélica menos votada a conquistar uma cadeira para a legislatura 2021-2024. Ela terminou as eleições na 24ª posição com 6.823 votos (há quatro anos, tinha estado na primeira). A missionária perdeu 8.534 votos de um pleito para o outro. A postura religiosa da vereadora fez com que

¹⁴A lista que vamos apresentar leva em conta os resultados da eleição de 2020 para a Câmara do Recife de acordo com os dados públicos divulgados pelo TRE-PE. Não colocamos o nome do vereador Professor Mirinho (SOLIDARIEDADE), que assumiu uma das vagas após a saída do vereador Rodrigo Coutinho, do mesmo partido, que foi para o cargo de secretário de esportes da Prefeitura do Recife. É importante ressaltar também que, para a legislatura 2021-2024 ainda não havia uma formatação exata do que viria a ser a Bancada Evangélica que, de fato, terminou não acontecendo. O grupo virou uma “Bancada Cristã” para agregar também os católicos.

o seu mandato sofresse uma série de desgastes. Em um dos episódios mais emblemáticos da legislatura 2017-2020, Michelle Collins foi alvo de uma representação enviada à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara do Recife por ter feito uma postagem, em suas redes sociais, na qual afirmava orar no litoral da cidade, na Praia de Boa Viagem, em uma "noite de intercessão", "clamando e quebrando toda maldição de Iemanjá lançada contra nossa terra em nome de Jesus". O episódio foi alvo de um inquérito aberto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco. A representação na comissão da Câmara, curiosamente, foi enviada por Dani Portela, então pré-candidata a governadora. Quem presidia o grupo da Câmara que avaliou se houve ou não quebra de decoro era a vereadora Aimée Carvalho, da IEADPE. Collins acabou inocentada no âmbito da casa legislativa.

No pleito de 2020 ficaram acima de Michele Collins os vereadores Eduardo Marques e Almir Fernando, ambos reeleitos. Marques, então presidente da Câmara do Recife, no entanto, perdeu votos. Ele foi da 9ª posição em 2016 para a 20ª em 2020. Obteve 7.706 votos, 2.471 a menos que no pleito anterior. Já o evangélico comunista Almir Fernando ganhou 425 votos e terminou as eleições na 23ª posição, com 7.304 votos. Em 2016 ele tinha alcançado a 26ª colocação.

Quem também registrou um ligeiro crescimento foi Luiz Eustáquio, que só fez parte da legislatura anterior por causa da morte de Carlos Gueiros. Em 2020, Eustáquio conseguiu somar 345 votos e terminou com um total de 7.889, na 19ª posição. O ex-pretista e membro da IEADPE foi eleito fazendo uso do apelo religioso, mas, outra vez, sem contar com o apoio formal da instituição. Informalmente, a IEADPE permanecia ao lado de Aimée Carvalho que, de todos os vereadores da bancada, foi a única que não conseguiu ser reeleita.

A perda de votos na bancada evangélica foi significativa, mas ninguém foi tão atingida quanto a assembleiana Aimée Carvalho. A parlamentar, que em 2016 obtivera 14.338 votos, perdeu 10.575 e chegou, em 2020, a contabilizar apenas 3.763 votos. Foi da 2ª para a 61ª colocação. Em nível partidário, Aimée havia sido a vereadora mais votada do PSB em 2016 e, em 2020, quando o partido fez 12 cadeiras na Câmara, terminou na 22ª colocação. Uma série de fatores contribuiu para a expressiva diminuição de votos da parlamentar. Conhecida por ter liderado círculos de oração da

IEADPE em vários pontos da cidade, a vereadora, durante seus dois mandatos, continuava frequentando os cultos, especialmente os femininos, fortalecendo sua base de apoio. Com a pandemia causada pelo vírus da Covid-19, os cultos foram paralisados na cidade. Depois, com o retorno autorizado, às vésperas da eleição, o público já não era mais o mesmo.

Sem espaço para fortalecer-se junto à sua base eleitoral, Aimée Carvalho não encontrou oportunidade para explicar os escândalos políticos que aconteceram ao longo do seu segundo mandato. Em setembro de 2019 a imprensa pernambucana divulgou que o Ministério Público de Pernambuco apurava uma denúncia de corrupção no gabinete da vereadora. Além de Aimée Carvalho, também estava sendo investigado o deputado estadual Adalto Santos, da mesma denominação. Segundo a denúncia, os parlamentares retinham uma parte do salário dos seus assessores, prática ilegal comumente chamada de "rachadinha".

A 15ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital também passou a investigar o pastor Ailton José Alves, presidente da IEADPE, suspeito de integrar o esquema. O MPPE chegou a enviar à Polícia Federal uma cópia da notícia de fato, já que a PF investigava a utilização das dependências da IEADPE com fins de propaganda eleitoral na campanha do deputado Adalto Santos. Todos os citados, no entanto, negam a prática de "rachadinha" e envolvimento com qualquer outro ato de corrupção. A notícia ganhou proporções na imprensa local e repercutiu entre os membros da denominação.

A igreja ainda sofreu desgastes relacionados à composição de sua diretoria. O pastor Ailton José Alves é presidente da denominação desde 1998, conforme assinalamos. Durante um período, o seu filho, pastor Ailton Júnior, atuou como vice-presidente. Uma parcela de fiéis e de lideranças da própria igreja, insatisfeitos com a composição, desligou-se da denominação¹⁵. Os fatores contribuíram para que os eleitores de Aimée Carvalho mudassem o voto e a vereadora perdesse o mandato.

¹⁵ Dois nomes importantes que romperam com a IEADPE são os dos pastores Jônatas Lins e Hélio Ribeiro da Silva. Muito populares na denominação, ambos romperam com o pastor Ailton José Alves após o centenário da IEADPE e lançaram duas novas igrejas: Lins criou a Rede Esperança e, Ribeiro, a Assembleia de Deus Seara. Ambas com a mesma liturgia pentecostal observadas na IEADPE.

Já a parlamentar Ana Lúcia, da Igreja Universal do Reino de Deus, conseguiu ser reeleita, mas também contabilizou desgastes. Em 2016 ela ocupou a 12ª posição. Já em 2020, a vereadora terminou o pleito com 7.901 votos, na 18ª posição, após perder 1.637. Fred Ferreira, do PSC, também anotou uma considerável perda de votos. Caindo da 3ª para a 14ª posição, o vereador terminou o pleito de 2020 com 8.407 votos, 5.870 a menos em comparação com 2016. Mas, conseguiu a reeleição.

Há dois casos de expansão de voto evangélico que são relevantes no pleito de 2020. O primeiro deles é o do parlamentar Renato Antunes. Em 2016, Renato foi eleito com 4.261 votos, na 38ª posição. Em 2020, obteve 8.104 votos, 3.843 a mais, o que o fez subir para a 17ª colocação. Apesar de apoiar-se no voto evangélico, a denominação que o parlamentar integra não tem força suficiente para transmitir um número de votos mais expressivo. Prova disso é o seu histórico nas eleições. Em 2012, quando concorreu pela primeira vez e perdeu, Renato teve 4.032 votos. Em 2016, manteve praticamente a mesma votação e foi eleito. A trajetória de Antunes na Câmara do Recife tem duas fases. Na primeira delas, antes da eleição presidencial que colocou Jair Bolsonaro no poder, o parlamentar assumia uma postura mais discreta, apesar de manter-se sempre em sintonia com a bancada evangélica, especialmente em temas mais polêmicos, como o da ideologia de gênero. O vereador esforçava-se em apresentar um discurso mais técnico e a exaltar suas qualificações profissionais. Renato é formado em ciências contábeis, pela Universidade Federal de Pernambuco e é servidor público de carreira do Estado.

Em janeiro de 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro para presidente, a trajetória de Antunes deu uma guinada na Câmara do Recife. O parlamentar foi alçado ao posto de líder da oposição. Antunes deixou de lado os discursos mais técnicos e passou a investir na sua formação militar, antes ignorada. Ele foi aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), do Recife, e declarado aspirante a oficial de Infantaria do Exército Brasileiro, em 2000. Em sua biografia, disponibilizada no site da Câmara do Recife, Renato destaca que na “vida militar aprendeu a cultivar os valores da cidadania, respeito ao próximo, disciplina e da ética”¹⁶.

¹⁶CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. Renato Antunes. Disponível em: https://sapl.recife.pe.leg.br/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=175. Acesso em: 10 jan. 2021.

Com o advento do bolsonarismo, a gestão do PSB tanto na prefeitura do Recife quanto no governo de Pernambuco começou a sofrer com os baixos índices de popularidade. Renato Antunes fez uma oposição mais verborrágica, com o uso de discursos agressivos contra o prefeito. Durante a pandemia, tentou aprovar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os gastos do prefeito Geraldo Júlio. A proposta partiu do vereador Jayme Asfora (Cidadania). Antes, Antunes encabeçou uma tentativa de aprovar a CPI da merenda, que investigava a suposta baixa qualidade dos alimentos que eram oferecidos na rede pública de ensino. Foi a partir deste movimento que sua popularidade cresceu e Renato passou a contar não mais apenas com o voto da sua denominação, mas, também, com o do eleitor anti-PSB, bolsonarista e, especialmente, entusiasta do discurso anti-corrupção.

Os movimentos de Renato Antunes contra o prefeito Geraldo Júlio não apenas o fortaleceram para as eleições 2020; eles também enfraqueceram a bancada evangélica. O ápice da atuação do vereador foi a mencionada tentativa de aprovar uma comissão na Câmara do Recife para fiscalizar os gastos do prefeito Geraldo Júlio com a pandemia. A gestão municipal já vinha sofrendo desgastes relacionados à abertura de novos leitos em hospitais de campanha e à não utilização da cloroquina defendida pelo presidente Bolsonaro. Antunes não conseguiu criar a comissão, mas o desgaste para os vereadores que votaram contra a proposta foi avassalador. Dos parlamentares evangélicos, apenas Fred Ferreira votou pela abertura da comissão por já integrar a oposição como membro do PSC, o mesmo partido de Renato Antunes.

Já o segundo caso que merece atenção pela capacidade de agregar voto evangélico é o do pastor Júnior Moura que, após as eleições, adotou o nome de Júnior Tércio, sobrenome utilizado por sua esposa, a deputada estadual Clarissa Tércio. Clarissa, na verdade, também não tem originalmente o sobrenome Tércio. Tércio é o pastor Francisco Tércio Vasconcelos Cordeiro, natural de Floresta, no Sertão de Pernambuco, pai de Érica Clarissa Borba Cordeiro que, na política, virou Clarissa Tércio. Seu pai é o pastor-presidente da Assembleia de Deus Ministério Novas de Paz, uma dissidência da Assembleia de Deus Ministério Abreu e Lima, que exerceu o comando do Primeiro Batalhão da Polícia Militar de Olinda e do segundo Comando do 18º Batalhão da PM, no Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife.

A família Tércio ganhou notoriedade graças, principalmente, à Rádio Novas de Paz, um dos veículos de maior audiência no estado. O pastor presidente, sua filha e seu genro são os nomes que encabeçam a programação do veículo. Com tamanha exposição, Clarissa Tércio recebeu 50.789 votos, em 2018, e tornou-se deputada estadual em Pernambuco. Seu marido, José Ivanildo de Moura Júnior, permaneceu na liderança da igreja como vice-presidente. Em 2020 tornou-se Júnior Tércio para disputar as eleições municipais pelo PODEMOS.

O Pastor Júnior Tércio, estreando na política, terminou o pleito municipal com 12.207 votos, na terceira posição. O evangélico mais bem colocado da disputa. Além de ser comunicador da Rádio Novas de Paz, ele foi o candidato ligado às igrejas que conseguiu captar o voto do eleitorado bolsonarista evangélico. Nenhum outro candidato da bancada conseguiu o mesmo sucesso em aliar a sua candidatura ao nome de Jair Bolsonaro como Tércio. Isso porque o pastor sempre defendeu as políticas do governo Bolsonaro, apresentando-se como aliado do presidente declaradamente, além de se colocar como um político da direita, defensor daquilo que entende por família tradicional, moral e bons costumes. Além disso, o parlamentar se apoiou na imagem da sua esposa deputada, que ganhou notoriedade durante a pandemia por três principais fatores.

Primeiro, Clarissa Tércio passou a fazer oposição ao governador Paulo Câmara, do PSB, da mesma forma como Renato Antunes fez ao prefeito Geraldo Júlio. A parlamentar passou a gravar vídeos questionando os números da pandemia da Covid-19 e a construção de hospitais de campanha. Um segundo fator foi a defesa enfática da cloroquina para tratar os doentes. A exemplo do que defendia o presidente Bolsonaro, Clarissa Tércio, com o marido ao lado, passou a tratar o uso da cloroquina como fator fundamental para a diminuição do número de mortes, impressionando o eleitorado conservador. Por fim, um fato acontecido em agosto de 2020, pouco antes do início da campanha eleitoral, colocou os Tércio na mídia massivamente. A deputada foi para a frente de um hospital protestar contra um aborto assistido, autorizado pela justiça, efetuado em uma menor de dez anos, no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, estabelecimento pertencente à Universidade de Pernambuco. A gravidez era resultante de estupro praticado pelo próprio tio da

criança. A deputada, no entanto, era a favor de que a menina tivesse o bebê. O caso teve repercussão nacional e também chamou a atenção do eleitorado conservador¹⁷.

Dessa forma, os 83.091 votos da bancada evangélica em 2016, viraram 66.341 em 2020, o que significa uma perda de cerca de 20%. A bancada, em um primeiro momento, consegue manter oito membros em sua composição. Deixaram o grupo Carlos Gueiros, que morreu, e Aimée Carvalho, da IEADPE. Luiz Eustáquio, que entrou no fim da legislatura dos vereadores escolhidos em 2016, conseguiu manter-se na Câmara de Vereadores. Em que pese a saída de Aimée Carvalho para o grupo, Júnior Tércio apareceu bem posicionado, com mais de dez mil votos, membro de uma vertente da Assembleia de Deus e declaradamente conservador.

A bancada, no entanto, perde em representatividade. São 16.750 votos a menos. O poder de negociação com o executivo fica afetado. Conforme apontamos, os evangélicos, fiéis da balança na hora da decisão para o executivo, agora passam a ter menos força com uma bancada fragmentada e com menos votos. A nova configuração da Câmara, com o crescimento de perfis mais plurais, pode representar novos modos nas relações com o poder executivo em nível municipal.

4 ALTERNAÇÕES BIOGRÁFICAS, MODERNIDADE E O ENFRAQUECIMENTO DO VOTO INSTITUCIONALIZADO

Ao contrário do que se defendeu inicialmente, a modernidade não implicou no declínio da religião no mundo, que continua sendo tão religioso quanto antes e, em alguns lugares, ainda mais que outrora, conforme aponta Berger (2017, p. 11). A América Latina vive um momento ímpar de sua religiosidade, especialmente por conta da efervescência do protestantismo popular e de outros modos de vivências religiosas existentes a partir de uma conjectura moderna. Neste cenário, conforme aponta

¹⁷ BLOG DE JAMILDO. Clarissa Tércio pediu na Justiça interrupção de aborto legal no Recife. 'Capital do aborto'. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2020/08/16/clarissa-tercio-pediu-na-justica-interruptao-de-aborto-legal-no-recife/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Mariano (1999, p. 10), o Brasil destaca-se por ter, em números absolutos, o maior quantitativo de evangélicos latino-americanos.

O crescimento evangélico no Brasil, puxado especialmente pelo pentecostalismo, proporcionou uma série de mudanças sociais e políticas. Uma das mais destacáveis foi a participação dos evangélicos na política partidária, movimento que foi impulsionado pela restauração do Estado de direito e elaboração da Constituição Federal promulgada em 1988. A partir da década de 30, protestantes de igrejas históricas conseguiram eleger alguns poucos deputados, enquanto os pentecostais se autoexcluíam da política. Ainda assim, a atuação destes religiosos eleitos era considerada marginal e discreta (FREESTON, 1994, p.10).

A guinada evangélica aconteceu em 1986, com as eleições em que o Brasil escolheria os deputados responsáveis por elaborar a nova Constituição Federal. Os pentecostais entraram em uma intensa campanha com o objetivo de eleger ao menos um deputado federal pentecostal em cada estado. Conseguiram eleger 18, sem contar os das igrejas históricas e de missão. Formou-se uma bancada expressiva e, desde então, os evangélicos jamais deixaram de andar lado a lado com o poder.

Um dos motes da eleição de 1986, marca da história da presença protestante no Brasil, é o anticatolicismo. O protestantismo brasileiro é antecatólico porque se estabeleceu como um contraponto ao Vaticano (ALENCAR, 2018, p. 16). A expressa maioria dos fiéis protestantes são ex-católicos¹⁸ que se converteram a uma nova religião¹⁹. Nesse sentido, as igrejas pentecostais obtêm muito mais sucesso na captação de fiéis especialmente por terem conseguido reprocessar a matriz religiosa brasileira. Para Bittencourt Filho, o sucesso de uma proposta no campo religioso brasileiro está diretamente ligado ao comprometimento com essa matriz (2003, p.44).

Os pentecostais reprocessaram a matriz. Passaram a valorar as diferentes áreas da vida como “de Deus” ou “do diabo”, ao contrário do protestantismo de missão, que “adotou uma postura de pura e simples rejeição dos conteúdos matriciais,

¹⁸ Em 2016 o Instituto Datafolha apontou que cerca de metade (48%) dos evangélicos não teve outra religião ao longo da vida. No entanto, 44% deles já foram católicos.

¹⁹ Datafolha Instituto de Pesquisas. 44% dos evangélicos são ex-católicos. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-catolicos.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

empenhando-se em ‘engessá-los’ no terreno das meras superstições” (BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 44). O anticatolicismo pentecostal é, como já afirmado, um contraponto. Ele não nega a existência de um catolicismo, pelo contrário, apropria-se dele, reprocessa algumas de suas características ainda que implicitamente, e, ao invés de ignorar ou simplesmente rejeitar as práticas nas quais se evidenciam as discordâncias, ele as joga para a “jurisdição do diabo”.

Essas pontuações colaboram para que possamos entender a força com que os evangélicos surgem na esfera política brasileira. Um movimento nacional que foi ganhando capilaridade a partir dos esforços das vertentes mais populares do ramo evangélico, como os pentecostais e, mais à frente, os assim chamados neopentecostais. Na esfera nacional, os pentecostais foram do “absenteísmo político” para “uma conduta política explícita”, especialmente após a adoção de uma postura que preza pela defesa dos interesses corporativos com a finalidade de conquistar “concessões de emissoras de rádio e de televisão, terrenos para a construção de templos” e “outras formas de acumulação patrimonial” (BITTENCOURT FILHO, 2003, p. 35-36). Também é importante destacar que

a agilidade das igrejas pentecostais para ocuparem espaços na política, em contraste com a apatia das protestantes históricas, pode ser interpretada com o auxílio de chaves hermenêuticas da própria política e da teologia. As denominações pentecostais têm comando autoritário, exigem consenso teológico e exercem maior controle sobre o cotidiano dos membros (BAPTISTA, 2009, p. 154).

O autoritarismo pentecostal é um importante fator que deve ser levado em consideração quando fazemos leituras acerca do voto evangélico. Os líderes pentecostais lançam mão de estratégias e apelos ao sagrado para mobilizar os fiéis e angariar votos que vão beneficiar a instituição religiosa a qual pertence aquele líder (CORREA, 2020, p. 188). Se antes a política era algo imoral, “do mal”, agora a nova leitura pentecostal assume essa participação como uma espécie de missão divina para os crentes de modo que “agora, os mesmos pentecostais, não somente os pertencentes às ADs, são protagonistas nas questões políticas do país, o que era negado e apontado como ‘trevas’ agora passou a ser luz” (CORREA, 2020, p. 188).

Uma demonstração clara do autoritarismo evangélico utilizado como ferramenta para constranger o voto está na gênese dessa participação política. Em 1986, um livro

chamado “Irmão vota em irmão” circulou nas igrejas pentecostais, especialmente nas Assembleias de Deus, para convencer os fiéis da importância de os membros de igrejas votarem em candidatos pentecostais. Em um dos trechos da publicação o autor afirma que bastaria “o argumento do amor cristão” para que um eleitor votasse em um candidato evangélico e que o fiel que não votasse em um crente “não tem condições de afirmar que é mesmo crente” (SYLVESTRE, 1986, p. 54).

O discurso evangélico na política passou a ser o de que eleger membros das igrejas é como um dever cívico dentro de um contexto de guerra espiritual na qual o fiel teria o poder de deixar com que Deus destrua todas as forças das trevas que oprimem o país (BAPTISTA, 2009, p. 189). Além disso, há a grande bandeira da família tradicional cristã, ou seja, a formada por homem, mulher e filhos. Um casamento heterossexual, monogâmico e indissolúvel. Ao menos aparentemente. Mas a bandeira da defesa da família é somente teórica e se restringe à pauta moralista porque a bancada evangélica costuma apoiar políticas econômicas neoliberais que, na prática, representam enormes retrocessos para que as famílias consigam o básico: renda, alimentação, emprego, moradia, educação, saúde. Para Freston, essa é uma ironia, defender a família ao mesmo tempo em que apoia “políticas econômicas que minam a base da própria vida familiar” (1994, p. 117). Há, ainda, a questão do corporativismo evangélico, que sempre aparece atravancado por uma instituição, conforme aponta Alencar, por um “institucionalismo patológico” (2018, p.131):

Nunca se ouviu falar de Atletas de Iemanjá, Engenheiros Umbandistas Unidos, Associação de Advogados Budistas, Bancada Adro, mas no meio evangélico há uma proliferação infundável de organizações, as chamadas paraeclesiásticas, que, pretensamente, objetivam evangelizar. [...] Nesta salada institucional, há desde corporativismos, luta de verbas, messianismos, e o divisionismo típico protestante (ALENCAR, 2018, p. 131-132).

Há, no entanto, um novo elemento na teia da religião. A modernidade, conforme aponta Berger, terminou por, ao invés de representar o fim da religião, promover o pluralismo religioso, ou seja, a coexistência de diferentes cosmovisões e sistemas de valores na mesma sociedade, uma situação em que pessoas “de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente” (2017, p. 20). Esse novo momento representa um grave problema para as religiões institucionalizadas, já que observam-se dois movimentos principais com a

efervescência da modernidade e do pluralismo: a) os indivíduos passam a desenvolver uma forma própria de religiosidade, baseada em suas próprias crenças e valores, ainda que sejam contraditórios, e desligam-se da instituição, ainda que permaneçam crentes baseados em suas próprias definições; b) os indivíduos permanecem ligados à instituição religiosa, mas diminui o poder da instituição em sua vida privada, restringindo-a à jurisdição da religião. Neste caso, a denominação teria poder sobre o indivíduo para dizer o que é ou não um sacramento, por exemplo, mas não mais teria força para ditar como ele deve se vestir, com quem ele pode estar, em quem ele pode votar. Para Bittencourt Filho, “o indivíduo tem tomado para si a tarefa de moldar sua própria síntese, construir a sua religiosidade privada, com elementos oriundos de diferentes experiências religiosas, mesmo contraditórios” (2003, p. 32).

A base social da religião na sociedade moderna é mutável (LUCKMANN, 2014, p. 40), especialmente se levarmos em consideração que a religião orientada pela instituição segue caminhando para a periferia da vida dos indivíduos inseridos em uma sociedade moderna. Essa mutabilidade ajuda a explicar e entender o voto volúvel, antes tão firme em determinado candidato apoiado por uma instituição e, agora, mais incerto, a partir da crise de legitimidade institucional vivida pelas denominações. As eleições municipais do Recife, em 2016 e 2020, ajudam-nos a exemplificar a suspeita de que, com indivíduos relativizando a autoridade institucional das denominações no âmbito da vida privada, os candidatos a cargos eletivos que carregam o emblema institucional podem, em determinado momento, sofrer com a perda de votos.

Em um primeiro momento, este é um movimento mais presente no âmbito legislativo, e ainda incerto no executivo. Isso porque, para as eleições legislativas, os candidatos dialogam com a realidade cotidiana das pessoas. É o caso do vereador que precisa lidar com demandas básicas nos bairros de uma cidade e que termina não correspondendo às expectativas do seu eleitorado. Ou do deputado eleito com base em uma determinada pauta que, ao longo do mandato, é deixada de lado.

Para tanto, levamos em consideração três tipos de candidaturas evangélicas. Os modelos foram elaborados por Freston (2006). O primeiro é chamado “modelo institucional”, quando o candidato representa os interesses de uma instituição religiosa, “a igreja, como instituição, entra na política defendendo as suas propostas”

(FRESTON, 2006, p. 11). O segundo é o “modelo autogerado”, quando o candidato atua de forma autônoma. Por vezes, já estava envolvido na política antes de se tornar evangélico, mas faz apelo ao público das igrejas para receber voto. O terceiro e último tipo, o “modelo comunitário”, é o “menos arriscado”, quando a candidatura pensa que os evangélicos devem participar dos processos políticos e democráticos não em nome de suas igrejas, mas de grupos de pessoas que pensam soluções políticas de forma semelhante a partir da sua compreensão da fé cristã (FRESTON, 2006, p. 12).

Tanto na legislatura 2017-2020 quanto na 2021-2024, dos oito candidatos apontados neste texto para cada uma delas, ao menos cinco adotavam o modelo institucional. Dentre os eleitos em 2016, estão Michele Collins, Irmã Aimée, Fred Ferreira, Professora Ana Lúcia e Renato Antunes²⁰. Já na eleição realizada em 2020, os eleitos que adotam o modelo são o pastor Júnior Tércio, Fred Ferreira, Professora Ana Lúcia e Michele Collins²¹. Em que pese o pastor Júnior Tércio ter entrado na Câmara, há que se destacar que, de todo o modo, a bancada perdeu 20% dos votos e apenas um eleito aparece na lista dos cinco mais votados do pleito. Entendemos, a partir destas considerações, que a perda de voto evangélico é, na verdade, uma perda do voto evangélico institucionalizado. Apesar da perda de votos, a bancada evangélica conseguiu manter-se numericamente com oito parlamentares. O eleitor recifense permanece disposto a eleger evangélicos, mas parece mais desconfiado quando a candidatura está debaixo do guarda-chuva das grandes instituições.

Para o eleitor evangélico moderno, abandonar um candidato antes adotado no parlamento já não representa uma dificuldade tão grande, especialmente devido a um fenômeno chamado por Berger de “alternação” (2014, p. 65), movimento no qual o

²⁰ Também deve ser levado em consideração, nesta lista, o nome de Luiz Eustáquio, parlamentar que só assumiu o mandato depois da morte de Carlos Gueiros. Eustáquio, na eleição de 2016, disputou o mesmo voto evangélico de Aimée Carvalho. Perdeu, mas entrou pela suplência. Apesar de não ter o apoio da denominação, que ficou com Carvalho, é um parlamentar que se apoia no voto evangélico, em que pese o fato de ele ter uma vida pregressa na política e em movimentos sociais.

²¹ Para o pleito de 2020, retiramos o nome de Renato Antunes da lista dos parlamentares que adotam o modelo institucional. Inicialmente, consideramos que a denominação de Antunes não tem fôlego para garantir mais de oito mil votos e a expressiva votação, como apontado neste texto, se dá especialmente por sua atuação verborrágica como líder de oposição da Casa. Somente durante o desenrolar da nova legislatura será possível asseverar de que forma o parlamentar pretende se comportar, se, de fato, como um membro evangélico da bancada ou se como opositorista, já que o executivo eleito para o novo mandato permanece sendo opositor do parlamentar. Ainda, Antunes tem a possibilidade de apostar no hibridismo que já vinha ensaiando durante a segunda metade de seu primeiro mandato.

indivíduo faz constantes reinterpretações de sua biografia. Essa reinterpretação se dá em momentos críticos da vida das pessoas. A conversão para outra religião é, por exemplo, uma alternância biográfica. A partir dessa alternância, o indivíduo reinterpreta os eventos de sua própria história. Se antes o dia mais marcante de sua vida foi um carnaval onde ele conheceu seu ídolo, agora ele olha para esse evento como algo banal e, a partir de uma reinterpretação, pode considerar como dia mais importante de sua biografia o dia de sua conversão ou de seu batismo. Portanto, “o curso dos acontecimentos que constituem a vida de uma pessoa pode estar sujeito a interpretações alternativas” (BERGER, 2014, p. 64).

As biografias de cada indivíduo estão sendo constantemente reinterpretadas por eles mesmos, de modo que o passado vai ficando “maleável e flexível, modificando-se constantemente à medida que nossa memória reinterpreta e reexplica o que aconteceu” (BERGER, 2014, p. 68). Um fenômeno que acontece em todas as esferas da vida dos indivíduos e os leva, ainda que não tenham consciência de estar fazendo isso, a rever os pontos contraditórios de suas escolhas. O voto em determinado candidato institucional antes louvável pode, de uma eleição para a outra, tornar-se ruim. E esse movimento de mudança não entra em contradição no pensar do indivíduo porque ele fez uma reinterpretação de suas próprias escolhas.

A partir do enfraquecimento das instituições, o indivíduo passa a relativizar as opções que estas fazem para a esfera da vida privada de seus fiéis. O discurso fundamentalista de lideranças das grandes instituições religiosas surge como uma tentativa de manter o fiel sob as escolhas que ela faz para o indivíduo. O fundamentalismo é “um esforço para restaurar a certeza ameaçada” (BERGER, 2017, p. 34). Aquilo que o fiel antes tinha como uma verdade absoluta passa a ser relativizado, o que gera perdas para as instituições. Assim, “os fundamentalistas são agressivos na mesma medida em que são vulneráveis” (BERGER, 2017, p. 35).

Para tentar conter essas perdas advindas da modernidade, as instituições, especialmente as evangélicas pentecostais, investem em um processo definido por Costa como *aggiornamento* (2019, p. 296). De acordo com o autor, este movimento consiste em “um conjunto de estratégias adotadas, cujo objetivo foi o de garantir o crescimento e a manutenção de poder no campo religioso brasileiro” (COSTA, 2019,

p. 296). O *aggiornamento* pode ser identificado na trajetória das ADs no Brasil, que, ao longo das décadas, tenta se modernizar sem perder sua identidade, sem romper com a tradição que a legitima, para manter-se relevante no cenário religioso do Brasil.

Apesar da tentativa, é grande o desafio de continuar uma trajetória de proeminência. Isso porque, no caso das Assembleias de Deus, por exemplo, conforme aponta Alencar, há um esgotamento de discurso que se soma ao aumento da oferta de outras expressões pentecostais: “a concorrência é forte” (ALENCAR, 2019, p. 334). No Brasil, o universo de pentecostais fora da Assembleia de Deus, fracionados em outras muitas denominações pentecostais, já é maior que o de assembleianos. Além disso, do Censo IBGE de 2000 para o de 2010, o número de evangélicos brasileiros continuou crescendo, mas o ritmo do crescimento caiu. De 1991 para 2000, o crescimento do número de evangélicos brasileiros foi de 245%. Já de 2000 para 2010, o crescimento foi de 46% (ALENCAR, 2019, p. 333).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições legislativas na cidade do Recife podem servir para estudo(s) acerca de direcionamentos do voto evangélico em eleições municipais. A bancada evangélica viveu dois momentos distintos. O primeiro teve o seu apogeu em 2016 quando, juntos, os vereadores evangélicos conseguiram somar mais de 80 mil votos. As eleições em 2020 demarcam um segundo e distinto momento, quando a bancada viu 20% dos seus eleitores abandonarem o projeto. Se esta configuração aponta para uma nova tendência ou é um episódio isolado, os próximos pleitos possibilitarão as primeiras conclusões.

Ao menos em 2020, o que observamos foi uma mudança no que neste artigo chamamos de voto institucional, ou seja, o voto orientado pela instituição religiosa que, com o advento da modernidade e do pluralismo, apresenta sinais de enfraquecimento. O mundo permanece tão ou mais religioso que antes. Entretanto, os indivíduos estão, a cada vez mais, buscando suas próprias formas de exercer a espiritualidade, mesmo no meio protestante, e enfraquecendo as instituições. A perda de relevância das grandes denominações começa a dar sinais na hora do voto.

A hipótese que levantamos aqui, do enfraquecimento do voto institucional, remete a uma série de novas questões que poderão ser trabalhadas e investigadas mais à frente, como a discussão sobre o porquê desse enfraquecimento a partir de 2020 e não em 2016. Ainda, marcar a dinâmica dos acontecimentos que podem ter colaborado com essa mudança a partir das alterações no cenário religioso no percurso destes quatro anos. A partir das investigações, será possível entender se esse panorama alcança o cenário político nacional ou é uma dinâmica local. E ainda, se irá perdurar na cidade ou foi um fenômeno restrito a esse período.

A contrapartida oferecida pela religião institucionalizada nem sempre convence os fiéis. As igrejas tentam se modernizar, mas sem tanta efetividade. O pentecostalismo brasileiro, por exemplo, consegue ser moderno sem modernidade alguma. É formado majoritariamente por mulheres, mas ignora as pautas feministas. A maioria dos fiéis são negros, mas as igrejas não discutem racismo. Parcela considerável dos fiéis começa a dar sinais de que estão dispostos a reinterpretar suas crenças e os eventos de suas biografias e promover alterações, de modo que seja possível manter-se adepto de uma determinada religião, mas diminuindo o seu poder de decisão nas escolhas da vida privada.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus 1911 a 2011*. São Paulo: Recriar, 2019.

ALENCAR, Gedeon Freire de. *Protestantismo tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. São Paulo: Recriar, 2018.

ARAÚJO, Isael de. *Dicionário do movimento pentecostal*. Rio de Janeiro: CPAD, 2007.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Annablume, 2009.

BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BURITY, J. A. *Identidade e política no campo religioso*. Recife: Universitária UFPE, 1997.

CORREA, Marina. *Dinastias assembleianas: sucessões familiares nas igrejas das Assembleias de Deus no Brasil*. São Paulo: Recriar, 2020.

COSTA, Moab César Carvalho. *O aggiornamento do pentecostalismo brasileiro: as assembleias de Deus e o processo de acomodação à sociedade de consumidores*. São Paulo: Recriar, 2019.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro, 1994.

FRESTON, Paul. *Religião e política, sim, igreja e estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato, 2006.

LUCKMANN, Thomas. *A religião invisível*. São Paulo: Loyola, 2014.

MACHADO, M, das D. *Política e religião. A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2009.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. Tempo Social, *Revista de Sociologia da USP*, v. 29, n. 2. 2017.